



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# Contribuições para uma política educacional, científica e tecnológica radical para os Institutos Federais

Henrique Tahan Novaes  
Julio Hideyshi Okumura

**Como citar:** NOVAES, Henrique Tahan; OKUMURA, Julio Hideyshi. Contribuições para uma política educacional, científica e tecnológica radical para os Institutos Federais. *In:* NOVAES, Henrique Tahan; LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos (org.). **Educação profissional no Brasil do século XXI:** políticas, críticas e perspectivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. v. 3. p. 33-70. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-526-1.p33-70>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# 2

## **Contribuições para uma política educacional, científica e tecnológica radical para os Institutos Federais**

*Henrique Tahan Novaes  
Julio Hideyshi Okumura*

### **INTRODUÇÃO**

A questão educacional brasileira não foi resolvida no século XX e tudo indica que perdemos o bonde da história nas duas primeiras décadas do século XXI.

Fruto da expansão do capitalismo no século XVI, o Brasil se tornou um espaço produtor de cana de açúcar, baseado em grandes propriedades de terra e trabalho escravizado.

Em 1808 abrimos os portos para as nações amigas, isto é, a Inglaterra e em 1822 alcançamos a nossa “independência” formal de cima para baixo, sem participação popular, num acordão de família.

A industrialização do Brasil no século XX não resolveu nossa dívida educacional secular e histórica, dando a nós o título de um dos melhores exemplos de desigualdade educacional.

Na América Latina, fomos os últimos a criar universidades públicas, para pouquíssimos. Não fizemos a massificação do acesso ao ensino superior, como nossos *hermanos* na região. E quando tudo parecia apontar para uma democratização educacional, em função das lutas dos anos 1950-1960, no contexto das reformas de base, fomos atingidos por um duro golpe, o golpe de 1964, com profundas consequências para o complexo educacional, dentre elas a destruição do sistema público que mal havia sido construído, a progressiva mercantilização do sistema público e a criação de condições extremamente favoráveis para os empresários da educação.

Este capítulo faz um breve retrospecto da política educacional, científica e tecnológica brasileira com um objetivo bastante claro, apontar possíveis “soluções” para a questão universitária, em especial nos Institutos Federais.

Na primeira seção fizemos uma rápida análise do ensino superior no Brasil. Depois analisamos a criação dos Institutos Federais, uma importante conquista num país de extrema desigualdade educacional. Por fim, fizemos algumas propostas que têm potencial para alterar o sentido da educação nos Institutos Federais. Nossa crítica principal pode ser adiantada em poucas linhas: além de lutarmos pela expansão com qualidade do ensino médio e superior, os Institutos Federais deverão alterar radicalmente o sentido da educação, isto é, os propósitos do ensino, da pesquisa, e da extensão. A formação para o mercado de trabalho, a agenda do empreendedorismo, do inovacionismo, do produtivismo, do mimetismo científico deverão ser problematizadas, dando origem a outros pilares de um possível e necessário sistema educacional para além do capital, baseado no trabalho emancipado e na completa desmercantilização da sociedade.

## **ASPECTOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DA USP**

Esta seção recupera parte da apresentação do livro “A questão da USP”, de Florestan Fernandes, feita por nós em homenagem aos 40 anos deste livro (em 2024). Por ser a USP uma das universidades públicas mais importantes do país e Florestan Fernandes um dos melhores intérpretes da nossa questão educacional, justificamos este breve retrospecto sobre esta universidade e as contribuições deste intelectual militante.

Florestan Fernandes, na década de 1980, considerava que havia um movimento político no Brasil conhecido como “redemocratização”, encabeçado pelos movimentos sociais compostos pelos indígenas, defensores da saúde pública, defensores da educação pública, movimento negro, movimento sindical, partidário, etc., que abriam portas para uma possível retomada do debate sobre a questão da USP. Já é possível adiantar que essa possível retomada não se efetivou e que a redemocratização não se realizou. Para Florestan Fernandes, houve uma institucionalização da ditadura, com consequências dramáticas para o futuro da universidade pública e para o crescimento da educação como mercadoria.

Em sua leitura, a revolução no Brasil não surgiria da universidade, mas das lutas populares. Entretanto, contraditoriamente, o espaço universitário poderia se tornar “[...] um centro cultural do pensamento crítico radical e revolucionário, polarizado pelas lutas de classe e pelos interesses populares na transformação da sociedade”, ou seja, a universidade poderia passar por reflexões e transformações pelas quais a tornaria um espaço para pensar o “desenvolvimento” do país e os problemas concretos a serem enfrentados junto com o povo na perspectiva de classes (Fernandes, 1984, p. 10).

Florestan Fernandes foi um dos poucos pensadores que teve a capacidade intelectual de atrelar uma rigorosa análise histórica, social, política e econômica aos problemas enfrentados pela universidade brasileira, sem deixar de lado suas preocupações como representante dos “de baixo”.

Talvez essa capacidade, além da sólida formação que recebeu dos seus professores estrangeiros na USP, esteja relacionada a sua origem. Ele nunca se esqueceu de onde veio. Menino pobre e filho da lavadeira que teve que enfrentar as agruras da vida, desde a tenra infância, pelas ruas da cidade de São Paulo, lidando com os perigos e com o desafio de manter-se vivo e levar o sustento para casa.

Outro ponto fundamental da sua trajetória como intelectual e militante defensor da educação pública brasileira é que seu pensamento e propostas não nasceram integralmente dentro dos muros da universidade, mas em processos de disputa política em momentos decisivos do Brasil, de acirrada luta de classes pelos destinos da educação. Explicamos: todos seus livros que trataram sobre o tema educacional foram escritos em momentos em que ele participou ativamente de movimentos sociais ou de lutas para construir uma possível democracia educacional.

Em 1959, participou da Campanha em Defesa da Escola Pública, momento em que militou contra as investidas do setor privado e confessional no processo de elaboração da Lei e Diretrizes de Base da educação (Fernandes 1966). Infelizmente foi derrotado!

Em 1968 e 1969, já no contexto da ditadura empresarial-militar, foi convidado a debater a respeito da Reforma Universitária de 1968 e; nas décadas de 1980 e 1990; como deputado federal constituinte pelo Partido dos Trabalhadores (PT), fez parte das debates e teve espaço para pensar em propostas no campo educacional na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 e das disputas políticas que precederam a escrita da Lei de Diretrizes de Bases da educação promulgada em 1996 (LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Fernandes, 1966).

Em seus livros há a presença de uma análise profunda do cientista social, mas, ao mesmo tempo, o compromisso com sua origem e um olhar aguçado como político representante do campo “progressista”.

Cabe destacar que, nesse período, foram publicadas as seguintes obras que trataram sobre educação: *Educação e Sociedade no Brasil* (Fernandes, 1966), *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* (Fernandes, 1975),

*A questão da USP* (Fernandes, 1984), *O desafio educacional* (Fernandes, 1989) e *Tensões na Educação* (Fernandes, 2022).

No livro “A questão da USP” (Fernandes, 2024), seu pensamento está embasado em autores como Marx, Engels e Lenin e num longo acúmulo científico da história educacional do Brasil. Nesse período, Florestan Fernandes já tinha amadurecido a maior parte das suas ideias.

Em 1984, Florestan Fernandes já havia percebido algo importante em sua trajetória como cientista social e militante: o desenvolvimento da democracia burguesa no Brasil não será possível por meio da reconciliação com as classes dirigentes supostamente “nacionalistas” e, a revolução educacional, conceito escrito pelo autor na década de 1960 no qual, a grosso modo, considera que havia possibilidades de obter avanços democráticos no país por meio da legalidade (compreendendo o Estado como ente educador e promotor do desenvolvimento), não ocorreria somente pela via institucional, mas pela organização da classe trabalhadora e dos oprimidos por meio dos movimentos sociais e pela tomada do poder nos espaços políticos institucionais.

Pensamos que esse aprofundamento do autor a respeito do tema educacional aconteceu em um longo processo de desenvolvimento intelectual, permeado por lutas concretas em defesa da educação pública e pela compreensão da particularidade da educação brasileira em cada uma das fases do capitalismo. Cabe salientar mais uma vez que o autor participou ativamente como defensor da escola pública em um período de 40 anos, nessa longa jornada, muitas reflexões foram realizadas por ele.

Assim como Anísio Teixeira e Paulo Freire, Florestan Fernandes pode ser colocado no rol dos intelectuais militantes derrotados, mas que sempre estiveram no lado certo da história. Guardadas as devidas diferenças entre eles, todos defendiam a educação pública de qualidade, que permitisse às massas trabalhadoras a elevação do seu conhecimento. No entanto, o projeto republicano de oferecer uma educação pública de qualidade para as majorias não vingou, e lamentavelmente não poderá vingar dentro os marcos do nosso capitalismo. Países subdesenvolvidos produziram uma educação subdesenvolvida, a democracia restrita gerou um sistema educacional

público bastante restrito e ao mesmo tempo criou as condições gerais para o avanço dos empresários da educação, isto é, da educação enquanto setor estratégico para a reprodução do capital no país.

Nas décadas de 1950 e 1960, Florestan Fernandes parte da ideia de revolução dentro da ordem: ações políticas intencionais que visam o avanço da democracia real por dentro do Estado (Okumura, 2023), isto é, arrancar das classes dominantes um sistema educacional público de qualidade, por exemplo.

Nas décadas de 1970 e 1980, muito provavelmente em função da sua percepção sobre o sentido da ditadura empresarial-militar e da particularidade do nosso capitalismo, Fernandes concebe a articulação entre a revolução dentro da ordem e a revolução contra a ordem (Okumura, 2023), isto é, ações organizadas pelos movimentos sociais de esquerda que visam promover reformas radicais no Estado capitalista e uma revolução no modo de produção capitalista, isto é, a superação deste modo de produção e seus “modos de reprodução”, onde o complexo educacional é parte estratégica.

No livro, *A questão da USP*, Florestan Fernandes sobre temas bastante atuais como: a dominação cultural no Brasil; os problemas da universidade em um país subdesenvolvido de capitalismo dependente; a importância da universidade no processo de desenvolvimento da democracia real; a universidade como instituição que forma o cientista com capacidades inventivas e que lhe permite perceber sua realidade concreta como intelectual, as perseguições na ditadura, as consequências do Golpe empresarial-militar na universidade entre outros assuntos. Cabe ressaltar que Florestan Fernandes foi aposentado pela ditadura e saiu do país.

De fato, o livro é uma obra prima do pensamento social brasileiro sobre os dilemas da universidade num país dependente como o Brasil, tomando a USP como “melhor exemplo”.

Naquele momento histórico (anos 1980) regado por inúmeras lutas sociais, parecia que o Brasil iria se redemocratizar e acertar contas com seu passado. Mas a redemocratização não se realizou, algo que Florestan Fernandes percebe muito rapidamente.

O que houve então? Uma Nova República? Não. Uma institucionalização da ditadura, uma metamorfose da ditadura empresarial-militar em ditadura do capital financeiro, com inúmeras implicações no complexo educacional. Se é verdade que elementos da reprodução do capital financeiro já estavam presentes na ditadura empresarial-militar, estes irão se desenvolver e ganhar a máxima potência a partir dos anos 1990.

Se não bastassem os inúmeros problemas constatados por Fernandes em 1984, de lá para cá tivemos “acréscimos” de problemas que tornaram a questão da USP, mas do ensino superior em geral muitíssimo mais complexa.

O cenário para o país e para a USP não foi dos melhores nos anos vindouros. Fernando Henrique Cardoso, um ex-aluno da USP e ex-orientando de Florestan Fernandes, torna-se presidente e implementa a agenda neoliberal no país. Curiosamente o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) é o agente da transformação, colocando o Brasil no rol das neocolônias em processo de desindustrialização, e ampla abertura dos mercados para as nações amigas, como parte da mundialização do capital.

As Universidades Públicas tornam-se cada vez mais universidades neocoloniais, ao servir aos interesses do grande capital internacional, especialmente ao formar os gestores das grandes corporações transnacionais e reproduzir aqui no Brasil os padrões científicos mundiais, ainda que num nível extremamente rebaixado (basta ver, por exemplo, a posição do Brasil no ranking de patentes). Fenômenos já descritos por Maurício Tragtenberg como delinquência acadêmica, produtivismo, multiplicação de *papers* sem nenhuma relevância científica e social, passam a fazer parte das universidades públicas brasileiras.

Se na ditadura empresarial-militar, no que se refere à pesquisa, as universidades podiam se “acoplar” a agenda do Brasil Grande Potência, especialmente ao se vincularem às empresas estatais, o mesmo já não pode ser dito na nova fase da ditadura do capital-financeiro (1985 em diante), muito em função da abertura do mercado brasileiro para as grandes corporações transnacionais e especialmente a privatização – parcial ou completa, direta ou indireta – das empresas estatais (Novaes, 2022).

A USP nos anos 1990, longe de se tornar um “centro cultural do pensamento crítico radical e revolucionário” que ajudaria a promover os interesses populares na transformação da sociedade (Fernandes, 1984, p. 10), na verdade se tornou um dos polos do pensamento neoliberal, irracional ou pós-moderno. Boa parte de seus professores, inclusive das ciências naturais, passam a defender a inserção subordinada, dependente do Brasil no capitalismo mundializado. Teorias fundamentadas em princípios irracionais, típicos da 3ª fase da decadência ideológica das classes dominantes, ganham força na maior ou segunda maior universidade brasileira.

Contraditoriamente, a USP não embarcou no sonho bolsonarista da “Escola Sem Partido” e do combate ao chamado “marxismo cultural”, um “delírio” da extrema direita que supõe que o sistema educacional público tenha hegemonia do marxismo, algo que não corresponde à verdade.

Varhan Agopyan – reitor à época - afirmou ser impossível aplicar um projeto como o Escola sem Partido na USP e que a autonomia universitária, garantida pela Constituição, que permite o amplo debate sobre discussões políticas, de gênero e sexualidade nas universidades em todo o País.

Ele ressaltou que a universidade é um “local de debate. Mesmo no auge da ditadura, os debates eram intensos: A universidade é um locus de debate. Você não pode impedir. O debate é importante porque estamos formando cidadãos, nós formamos profissionais, mas o grande objetivo da USP é formar excelentes cidadãos e excelentes líderes. Não consigo imaginar um professor fazendo proselitismo para os alunos, mesmo quando o professor dá um curso de Marxismo, mostra as críticas, faz parte da formação”.

É nos anos 1990 que a Universidade Pública volta a ser um dos bodes expiatórios da crise estrutural da nossa economia e do Estado brasileiro. Propostas mirabolantes e anti-democráticas são colocadas na mídia, pelos gestores do capital: cobrar mensalidades, quebrar o contrato dos professores, taxados de “marajás”, arrecadar dinheiro de ex-alunos e empresários e até mesmo a privatização total.

A constatação de que nossas universidades públicas são para as camadas médias e para as elites é usada - não no sentido de democratizar o

acesso - mas com uma falsa solução: cobrar mensalidades das classes médias que ali estão. Evidentemente não poderemos desenvolver este ponto nesta apresentação, mas temáticas como a taxação de grandes fortunas para expandir o sistema público nunca entram na agenda, mas soluções como a cobrança de mensalidades sim. Soluções como a Argentina dos anos 1950, que promoveu uma ampla massificação do acesso à universidade pública e fim do vestibular, jamais entram na agenda.

Como parte da estratégia neoliberal de abrir novos mercados na educação, tivemos asfixia orçamentária nos anos 1990 que levou ao sucateamento das Universidades Públicas e ao congelamento de salário dos servidores. Se não bastasse isso, o lulismo criou a Lei de Inovação que gerou “professores-empregadores”, cada vez mais preocupados com o privado do que com o público.

Nos anos 1990-2000, o sistema educacional sofre duas mudanças significativas, ainda não totalmente captadas pelas pesquisas recentes: processos de desnacionalização da educação e financeirização da educação.

É nessa mesma USP que temos a multiplicação de Fundações gigantescas, Parcerias Público-Privadas, Organizações da Sociedade Civil, cursos de graduação e “extensão” pagos, tudo como parte da concepção de Público Não-Estatal de Bresser Pereira.

Para piorar, foi na USP no ano de 2009 que o 3º colocado da lista tríplice – João Rodas – foi indicado pelo governador José Serra (curiosamente um personagem que foi para o exílio no Chile), mostrando mais uma vez os traços autocráticos da nossa democracia restrita e os limites democráticos da Lista Tríplice.

Com uma certa dose de otimismo da nossa parte, podemos dizer que a USP ainda resiste às ofensivas do capital. Seu movimento estudantil, uma ala de professores e servidores técnico-administrativos, comprometidos de alguma forma com os graves problemas criados pelo modo de produção capitalista no Brasil e no mundo, não permitiu e não permite uma total ofensiva neoliberal na teoria e na prática uspiana. Não permite em sala de aula, que o modo de produção capitalista seja colocado como o futuro da

humanidade. Não permite uma total mercantilização da USP (a educação não é mercadoria!).

Esta resistência de uma parte da comunidade de pesquisa, ensino e extensão da USP se dá em projetos e lutas contra a cidade neoliberal, nas lutas por processos autogestionários de construção de moradias, nas lutas do movimento negro, feminista e ambientalista (não sem contradições) por arejar o ambiente conservador da USP. Se dá nas salas de aula, por professoras e professores comprometidos com uma ciência engajada e relevante para a resolução dos problemas nacionais e internacionais. Enfim, nas lutas por uma outra economia e de formas de vinculação do ensino, pesquisa e intenção com as lutas antissistêmicas dos movimentos sociais.

## **A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS**

Esta seção recupera ideias apresentadas numa palestra realizada no Encontro do Sinasefe, em Brasília em novembro de 2023.

Acreditamos que a criação dos Institutos Federais é uma das vitórias parciais do povo brasileiro. Num país onde o ensino médio público nunca foi prioridade, onde professoras e professores enfrentam péssimas condições de trabalho, sem laboratórios, salas de aula inadequadas, ausência de planos de carreira, etc. a criação dos Institutos Federais permite a uma parcela (muito pequena é verdade) do povo brasileiro uma adequação de qualidade, e aos professores e professores, melhores condições de trabalho, se comparada a dura realidade das escolas estaduais.

Isso não quer dizer que não existem problemas nos Institutos Federais. Não podemos ignorá-los e temos que lutar para que a rede de Educação Federal seja aperfeiçoada. É muito provável que se Bolsonaro tivesse sido reeleito, muito provavelmente os Institutos Federais seriam precarizados ou entregues para o SENAI.

Mesmo sabendo que a criação dos institutos foi uma vitória parcial da classe trabalhadora, procuramos observar nesta parte do capítulo alguns problemas de concepção dos Institutos Federais, tendo em vista uma pos-

sível mudança de rota, tendo em vista a construção de um sistema educacional para além do capital.

Antes de avançar, é preciso levar em conta nosso “pessimismo da razão”. A esquerda da ordem e moderada atualmente no poder não irá levar nossas propostas a frente. Para que elas aconteçam, o Brasil precisará ser sacudido pelos movimentos sociais e populares que poderão reivindicar uma universidade para além do capital. Por sua vez, a comunidade científica de esquerda das universidades e Institutos Federais não tem força para levar a cabo este projeto.

Começemos por alguns problemas de concepção. Os Institutos Federais foram concebidos dentro de uma agenda de “desenvolvimento” do lulismo: seja ele socioeconômico, regional, desenvolvimento local, arranjos produtivos locais e por aí vai. Em quase todos os documentos de criação e fundamentação da criação da rede, aparecem palavras como empreendedorismo, inovação e outras tantas do novo dicionário do capital.

Ainda que conceitos de esquerda como integração, omnilateralidade, formação politécnica apareçam nos documentos, nos parece que esta proposta não teve força para “decolar”, tendo sido rapidamente atropelada pela hegemonia do capital dentro e fora dos Institutos Federais.

## **A POLÍTICA DE COTAS: CONQUISTAS, LIMITES E CONTRADIÇÕES**

Outra vitória parcial das classes trabalhadores se deu em 2012, com a aprovação da Lei de Cotas no Ensino Superior Público. É provável que Florestan Fernandes caracterizaria a política de cotas como uma revolução dentro da ordem, na medida em que democratiza – ainda que muito “levemente” – o acesso à universidade pública. No entanto, está longe de ser uma política reparatória, num país rasgado por uma enorme desigualdade social e educacional. Além disso, cumpre enfatizar que o sentido da universidade não foi alterado (Novaes, 2010; Novaes, 2023). A política de cotas está longe de promover uma grande transformação no papel da uni-

versidade pública num país dependente e subdesenvolvido como o nosso, à medida que não modifica os fins da universidade.

Da mesma forma, políticas como a de curricularização da extensão – outra vitória parcial dos movimentos sociais e de parte da esquerda universitária nos anos 2010 - se tornaram uma “gambiarra” na USP, UNESP e UNICAMP, típica das universidades que não querem se democratizar e se conectar a resolução dos graves problemas nacionais.

É possível alterar o sentido dos Institutos? Como fazer esta alteração?

Retomando as ideias de Florestan Fernandes (1984) sobre a questão universitária, são muitos os problemas enfrentados pela universidade brasileira. Florestan Fernandes deixa claro que é nosso papel, como intelectuais militantes e filhos da classe trabalhadora, pensar sobre essa importante instituição como espaço de militância para que seja construído um caminho para a revolução dentro da ordem do modo de produção capitalista e, concomitantemente, juntos aos movimentos sociais, em ações revolucionárias contra a ordem, visando assim, uma sociedade mais justa, o socialismo. E com isso, vale destacar mais uma vez a citação que fizemos no início da apresentação, onde Fernandes destaca que a universidade pode ser um “[...] centro cultural do pensamento crítico radical e revolucionário, polarizado pelas lutas de classe e pelos interesses populares na transformação da sociedade” (Fernandes, 1984, p. 10).

Nos livros “Reatando um fio interrompido: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina” (Novaes, 2023) e “Da Universidade necessária à universidade para além do capital” (Novaes, 2022) procuramos desenvolver algumas “propostas” – a partir da análise concreta da realidade concreta de alguns grupos de ensino, pesquisa e extensão, que podem “iluminar” o futuro dos Institutos Federais e do ensino superior público em geral. Iremos resgatar nas próximas páginas algumas delas.

Depois do Golpe de 1964, Darcy Ribeiro foi obrigado a ir pro exílio no Uruguai. Lá ele escreveu o livro “A Universidade Necessária” (Ribeiro, 1975), nos anos 1966-67, portanto, antes do endurecimento

da ditadura brasileira e com uma certa expectativa de rápida superação do golpe. Darcy Ribeiro foi Ministro da Casa Civil de João Goulart e um dos idealizadores da Universidade de Brasília (UnB), junto com o grande liberal Anísio Teixeira.

A proposta da UnB, que está na moldura do livro “A Universidade Necessária”, é a criação de uma universidade conectada à independência nacional e à resolução dos problemas nacionais. Darcy dizia que na UnB os professores teriam liberdade para pensar e pesquisar, independentemente da sua posição política e da sua religião.

O fim trágico da UnB todos sabem. Em outubro de 1965, cerca de 80% dos professores pediram demissão frente às investidas da ditadura. Ao que tudo indica, o projeto de universidade necessária era distinto do projeto da ditadura empresarial-militar (DEM) para o Complexo Público de Ensino Superior e Pesquisa (CPESP). Apesar da fachada nacionalista, muitos estudos têm demonstrado o entreguismo dos militares e a ascensão das corporações transnacionais no período.

Do famoso tripé Empresa Estatal-Empresa Nacional-Empresa Transnacional que levaria ao “progresso da nação”, as corporações transnacionais saíram com o “pé” mais forte (Campos, 2023).

Como vimos, a “institucionalização da ditadura”, nos termos de Florestan Fernandes (1984), ou o que ficou conhecido como “redemocratização” trouxe um certo arejamento ao CPESP. As “faxinas” ideológicas realizadas na ditadura foram interrompidas, porém, contraditoriamente, os grupos de pesquisa já traziam no seu seio o produtivismo da política científica e tecnológica traçada na DEM.

Nos anos 1980, muitos grupos de pesquisa tentaram – e em alguma medida conseguiram – se vincular com as demandas seculares da classe trabalhadora, mas rapidamente veio o neoliberalismo de Collor e de Fernando Henrique Cardoso, que questionaram a função da Universidade Pública na sociedade e ao mesmo tempo deram grande impulso à educação enquanto mercadoria lucrativa. Se é verdade que a educação como um mercado lucrativo é obra da ditadura, também é verdade que é nos anos 1990-2000 a sua fase de expansão desenfreada.

Sáímos então de um pequeno “suspiro” dado à Universidade Necessária no pré-golpe, vivemos a refuncionalização do papel do CPESP ao projeto da DEM e, desde os anos 1990, entramos na fase da “Universidade Desnecessária”.

Nos anos 2000, como se sabe, o lulismo abriu as portas para uma nova expansão das universidades privadas, abdicação de impostos em troca de vagas (PROUNI). O financiamento – via Estado – do pagamento das mensalidades (FIES) ganha novos ares.

O REUNI retirou as universidades públicas o fundo do poço neoliberal, mas não alterou significativamente o que se ensina e como se ensina, muito menos a precarização do trabalho. As cotas tiveram um impacto gigantesco, principalmente ao permitir que as parcelas dos filhos das classes trabalhadoras escolarizadas tivessem o seu lugar ao sol.

No entanto, depois de esgotado o ciclo lulista em 2013, e com um golpe de Estado de novo tipo em 2016, chegamos a 2020 com o pior cenário para o CPESP. Em 2019, a mídia anunciou o corte de 45% das verbas do CNPq, e o diretor dessa entidade afirmava que as bolsas de pesquisa só chegariam até julho. Da mesma forma, uma nova ofensiva contra o CPESP entrou na agenda do Estado: cobrança de mensalidades, Escola Sem Partido, extinção de cargos de chefia nas universidades públicas federais, intervenções etc. Até mesmo a existência - cientificamente comprovada - da DEM está sendo questionada pelos Ministros da Educação, que exigem uma revisão do tema nos materiais didáticos.

Contrapondo-se a esse projeto, em janeiro de 2019, o reitor da UFPR declarou que não ficaria calado frente a esse processo, o que levou um jornalista a criar a manchete “A UFPR vai à guerra”.

Da mesma forma que o reitor da UFPR, inúmeras entidades científicas têm questionado a agenda bolsonarista para o CPESP. O reitor da USP, num gesto importante, declarou que “na USP não haverá Escola Sem Partido”.

O direito a ser cientista vem sendo questionado. O direito à educação pública vem sendo questionado. Ao que tudo indica, o irracionalismo

é a base que fundamenta a nova expansão do capitalismo financeirizado. Ele é imprescindível para amalgamar a sociedade da barbárie. Para nós, a produção de ignorância é fundamental para fazer avançar a agenda do capital monopolista.

Se isso é verdade, uma nova inquisição e uma nova faxina teórica ganharão impulso. As fogueiras para queimar todos aqueles que dizem a verdade serão acionadas. A Universidade Pública será colocada na fogueira. Aliás, essa fogueira já existe. Uma rápida pesquisa na internet permitirá ao leitor verificar que inúmeros professores da Educação Básica e do Ensino Superior foram expulsos ou perseguidos nos últimos anos. Reitores eleitos não foram indicados.

Quanto a isso, o bolsonarismo é bem claro. Se a mídia e a universidade pública questionam o seu projeto, é preciso “limpar o terreno”, eliminar os inimigos.

Mas é preciso lembrar também que a questão de fundo, como coloca o professor Dermeval Saviani, é a histórica luta entre o público e o privado. Ao fim e ao cabo, todas as condenações que afirmam que “na escola pública e na universidade pública há um bando de comunistas” têm como propósito expandir o sistema privado de educação. Essa é a questão fundamental.

Na tese de doutorado de um dos autores (Novaes, 2023), procuramos mostrar a atuação de parcelas da comunidade científica que tentaram resistir ao avanço do neoliberalismo. Observamos a atuação dos pesquisadores-extensionistas que se aliaram aos movimentos sociais, através de ações no campo da pesquisa e da extensão, que certamente tiveram “impacto” no ensino.

Passados 14 anos da defesa da tese de doutorado, temos atuado em lutas por dentro e por fora da Universidade Pública, tentando, ao mesmo tempo, resistir ao seu desmonte e criando cursos de extensão, aperfeiçoamento e cursos pós-médio e médio integrado junto aos movimentos sociais da região de Marília desde quando entramos na UNESP, como docente da graduação e pós-graduação.

O caso paulista é exemplar. Há uma segmentação cada vez maior da comunidade científica das três universidades públicas paulistas. No topo dessa pirâmide, docentes que não estão muito preocupados com a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Precisam do selo da Universidade Pública, que lhes dá prestígio, mas não irão se engajar na defesa das mesmas. Ganham rios de dinheiro em consultorias, consultórios, cursos de especialização pagos etc. Uma camada intermediária quer que a Universidade Pública lhes dê as condições de desenvolvimento de pesquisa e de ensino (laboratórios, fundos de pesquisa, bolsas etc.) como nos países centrais. Percebem que isso não está acontecendo, mas não conseguem ligar essa demanda à necessidade de uma luta mais profunda pela defesa da universidade pública e seu sentido social.

Lá embaixo, professores com jornadas de trabalho cada vez mais extensas, com uma vida precarizada (sem reposição salarial, plano de carreira, dando cada vez mais aulas, assumindo inúmeras tarefas de gestão etc.). Os últimos estão acompanhados de uma nova tendência – os professores substitutos ou bolsistas.

A velha questão levantada por José Carlos Mariátegui no final dos anos 1910 ainda é atual: é possível mudar a universidade pública por dentro? Se sim, como deve se dar essa luta?

Qual o papel das universidades populares, autônomas ao Estado no que se refere ao controle dos conteúdos, forma escolar, avaliação etc.?

Nos dias de hoje, é muito difícil acreditar que a universidade pública possa se converter em universidade para além do capital (UPAC). Se é verdade que no curto prazo essa luta é impossível, isso não quer dizer que não tenhamos uma ponta de esperança na “conversão” da universidade pública em UPAC. Isso dependerá, como tentamos mostrar em nossa tese (Novaes, 2022), de um programa revolucionário na sociedade e de uma profunda aliança dos setores mais avançados da universidade com os movimentos sociais anticapital. Alguns poderão pensar que isso não passa de uma utopia, principalmente num momento no qual devemos nos perguntar: vai haver universidade pública em 2022?

Na nossa tese de doutorado (Novaes, 2010), defendemos as lutas “por fora” das universidades públicas, isto é, a criação de Universidades Populares, universidades em que o Estado não consegue interferir.

Lá observamos que, na América Latina, uma das mais importantes Universidades Populares é a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). A ENFF partiu de uma visão estratégica do MST, sobre a necessidade de criar um centro de formação política para militantes da América Latina, num primeiro momento, e mais recentemente, para militantes do mundo inteiro.

A ENFF abriga cursos com grande autonomia e cursos com autonomia intermediária. Sobre os últimos, foram feitos convênios e alianças com as universidades públicas, na verdade, convênios puxados pelas alas republicanas e de esquerda das universidades públicas para oferecer cursos de graduação, especialização e mestrado para membros de movimentos sociais. Aqui é possível notar os movimentos sociais puxando parcelas da Universidade Pública e, ao mesmo tempo, parcelas da Universidade Pública se aliando com os movimentos sociais. Uma chave fundamental para a criação desses cursos, que no momento está praticamente extinta em função das ações de Temer e de Bolsonaro, é o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

No que se refere aos cursos autônomos, fomos professores de dois cursos na ENFF, o “latinão”, para militantes da América Latina, e o Curso Florestan Fernandes, para a compreensão desse grande intelectual que dá nome à escola. Mais recentemente ofertamos ali o Minicurso Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia para professores da educação básica.

A multiplicação de Universidades Populares na América Latina é algo imprescindível neste momento histórico de profunda regressão social.

Mas em nossa tese de doutorado também propomos uma agenda de lutas que poderia “salvar” a universidade pública, partindo da aliança entre os setores mais avançados da universidade pública com os movimentos sociais (Novaes, 2010). Ou seja, por mais que as lutas “por fora”- autônomas dos movimentos sociais sejam necessárias, tendo em vista a construção de universidades e projetos de educação popular com a máxima autonomia

dos movimentos sociais, é necessária transformar a universidade estatal em universidade para além do capital, mudando completamente o sentido da universidade.

## **QUAL O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA SUPERAÇÃO DA SOCIEDADE DE CLASSES ?**

No nosso entender, a questão fundamental do CPESP continua sendo o sentido da universidade na sociedade de classes, ou melhor, o sentido do trabalho na universidade num país de capitalismo dependente. A universidade deve servir aos exploradores ou aos explorados? Deve ser fábrica de *papers* para melhorar os rankings internacionais ou deve fazer pesquisa e extensão tendo em vista seu papel na superação do sociometabolismo do capital? Deve ser fonte de enriquecimento de alguns poucos pesquisadores e consultores ou deve servir ao seu povo?

István Mészáros (2002) observou que, desde os anos 1970, estamos diante de uma “crise estrutural do capital”. Ela pode ser caracterizada resumidamente a) pelo colapso ambiental, b) pelo desemprego crônico e pelo subemprego crônico, c) pelo crescimento econômico baixíssimo ou a estagnação, e d) por uma crise civilizacional.

No Brasil, a crise estrutural do capital tem características mais dramáticas, podendo ser caracterizada como uma tragédia grega. Octávio Ianni (2000, p. 1) faz a seguinte síntese:

ESTA É A IRONIA da história: o Brasil nasce no século XVI como província do colonialismo e ingressa no século XXI como província do globalismo. Depois de uma longa e errática história, através do mercantilismo, colonialismo e imperialismo, ingressa no globalismo como modesto subsistema da economia global. A despeito dos surtos de nacionalismo e das realizações propriamente nacionais, como ocorre principalmente na época do populismo, isto é, do projeto e realizações do capitalismo nacional, ingressa no século XXI como simples província do capitalismo global; revelando-se um caso de dependência perfeita.

Nosso capitalismo de matriz colonial não tem mais ferrovias, mas tem muitas estradas malconservadas. Ele não tem mais indústrias e é altamente dependente da exportação de produtos primários, “revelando-se um caso de dependência perfeita”. Ele mata 60 mil pessoas por ano e é o campeão de assassinatos no campo. Metade da população não tem saneamento básico e vive em casebres ou cortiços. Metade dos jovens está fora do Ensino Médio e os que estão dentro mal sabem ler e escrever. Apenas 2 de cada 10 jovens estão no Ensino Superior. O que é isso, senão uma tragédia grega?

Na citação abaixo, Florestan Fernandes (2016) faz uma bela síntese da mundialização do capital e da tragédia neocolonial brasileira nos anos 1980. Atuando como deputado constituinte naquele momento, ele tinha uma certa esperança nas ações institucionais da esquerda:

A autonomia das nações não é uma dádiva da natureza e da história. Ela é conquistada numa luta sem trégua contra várias modalidades de colonialismo, neocolonialismo e dependência. Em uma era de internacionalização acelerada e impiedosa do capitalismo monopolista e de expansão agressiva do imperialismo econômico, cultural, político e militar das nações capitalistas hegemônicas e de sua super-potência, os Estados Unidos, é matéria de vida ou de morte introduzir na carta magna medidas constitucionais de proteção de nossos recursos materiais e humanos e de forte incentivo ao desenvolvimento do Brasil como nação independente (Fernandes, 2016, p. 22).

Sabemos hoje que não tivemos grandes vitórias em relação à “proteção de nossos recursos materiais e humanos e de forte incentivo ao desenvolvimento do Brasil como nação independente”. O Governo Sarney institucionalizou a ditadura e Collor, com sua ira antifuncionalismo público, privatizou e dilapidou o país.

Com a vitória de Fernando Henrique Cardoso e seu projeto liberal, o destino da Universidade Pública foi colocado em risco. Sucateamento crescente e arrocho salarial passam a fazer parte da vida universitária. Em

função das privatizações da telefonia, energia elétrica, gás, abertura das ações da Petrobras e Banco do Brasil, os centros de pesquisa e institutos de pesquisa ficam à deriva. Na outra ponta, um crescimento exponencial do Ensino superior privado que forma quadros intermediários e gestores do capital interessados na reprodução do capital em um país neocolonial.

Com o projeto “melhorista” de Lula, houve uma certa expansão do Ensino Superior Público, através da criação de cerca de 50 novas Universidades Federais e dos Institutos Federais. Em contrapartida, surgiu o Minha Casa Minha Vida da Educação, chamado Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Destinando somas significativas dos fundos públicos para as corporações educacionais, o FIES “turbinou” a educação privada e evidentemente drenou somas vultosas dos fundos públicos para o mercado educacional. Ao seu lado, o PROUNI, uma espécie de programa de isenção de impostos para os empresários da educação, no qual o Estado brasileiro deixa de arrecadar cerca de 1 bilhão por ano para que as universidades privadas recebam alunos sem condições de pagar a faculdade.

Com o golpe de 2016, o Brasil aprofunda o neoliberalismo, levando autores como Leher (2019) a afirmar que entramos na fase do ultraliberalismo.

Tudo indica que a universidade pública está passando por uma nova adequação. O ilegítimo presidente Temer coloca o país em liquidação, promove mudanças substantivas como a *PEC do Teto*, Reforma Trabalhista etc. que certamente terão impacto na educação nos próximos 20 anos. A destruição consciente e planejada do setor público se realiza como parte de um projeto ultraliberal, num ritmo mais intenso que nos governos anteriores, mas mantendo a mesma tendência mercantilizadora.

Lima Filho (2020) observa que estamos diante da 5ª etapa da contrarrevolução prolongada. A 1ª evidentemente é a que vai de 1964-1985. A 2ª etapa vai de 1985 a 1994. A 3ª vai de 1994-2002 e a 4ª vai de 2003-2016.

Para ele, para compreender o Brasil, é preciso realizar análises de longa duração. Sua interpretação sugere que há uma tendência geral de mercantilização da vida, com distintas intensidades e nuances, de 1964 para cá.

Nesta nova etapa, isto é, com o golpe de 2016, o controle dos fundos públicos torna-se ainda mais decisivo. Nessa luta pelos fundos públicos, Bolsonaro diminuiu drasticamente os recursos da CAPES, do CNPq e das Universidades Públicas.

Para caracterizar essa luta pelos fundos públicos, podemos lembrar que, em maio de 2018, na “greve dos caminhoneiros”, numa ponta estava o poderoso setor de transportes barganhando o seu quinhão dos fundos públicos. Na outra, os trabalhadores “autônomos”, clamando pela diminuição do valor do diesel, pagamento pelo frete, pedágios, condições das estradas etc. que afetam seu “salário” mensal. Na esteira dos autônomos, movimentos sociais saíram às ruas contra a elevação do preço dos combustíveis e o aumento do custo de vida, resultado da política neocolonial que Temer representa, principalmente através da política da Petrobras.

Nas disputas pelos fundos públicos, escolas públicas, universidades públicas, SUS têm levado a pior. Seus trabalhadores, seus usuários e seus representantes no parlamento têm pouco poder nas negociações pelos fundos, frente ao enorme poder dos donos da dívida pública e das corporações transnacionais, com seus representantes diretos e indiretos no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

É preciso lembrar que, em momentos de crise do capitalismo, as disputas pelos fundos públicos se acirram. Com a crise estrutural do capital, como o avião está imbicado para baixo, não é possível tentar agradar gregos (todas as frações do capital) e troianos (todas as parcelas da classe trabalhadora). É aí que começam disputas fortíssimas para ver quem consegue abocanhar a maior parte da mais valia (mais valor) social. Para pegar apenas o período recente, as disputas intercapitalistas aumentaram significativamente desde 2012.

Nesse cenário, a universidade da fase ultraliberal do capitalismo brasileiro é a universidade neocolonial. Ela forma gestores para o capital internacional, produz e reproduz ignorância cientificamente respaldada e se mercantiliza cada vez mais.

Plínio de Arruda Sampaio Junior (2018) nos lembra que o país voltou a se transformar num grande fazendão produtor de soja, cana, eucalip-

to, carne de boi, de frango e de porco. Tornou-se um grande exportador de minério de ferro e outros minérios, cabendo à universidade pública adequar-se a este fazendão exportador de produtos primários. Suas funções: a) formar quadros para a manutenção da dominação externa e a perpetuação da dominação neocolonial; b) fazer pesquisa de *quinta categoria* tendo em vista as inovações marginais das grandes corporações do agronegócio; c) produzir e reproduzir alienação e ignorância para que as massas suportem o sacrifício desse projeto; d) criar cursos de extensão pagos para atualizar teoricamente e praticamente os gestores do capital.

As consequências desse projeto de universidade neocolonial são nefastas para o povo brasileiro: a) bloqueio ao acesso à universidade pública; b) diferenciação entre os “centros de excelência” e o resto do sistema universitário, e aumento da diferenças regionais; c) subfinanciamento crônico da universidade pública e adoção de “novas formas” de financiamento; d) degradação do trabalho docente e do trabalho dos funcionários; e) impossibilidade de uma política republicana de permanência estudantil; f) mercantilização completa da educação, dentre outros que conduzem a uma degradação sistemática do serviço público; g) aprovação do teto de gastos nas universidades; h) reformas da graduação, tendo em vista a implementação da pedagogia das competências; i) aumento do produtivismo improdutivo na pós-graduação; j) extensão mais mercantilizada ou com caráter assistencialista; k) mudança nos sistemas de avaliação; l) destruição ou deslegitimação do papel dos sindicatos.

É muito provável que estejamos diante de uma grande transformação nas universidades estatais brasileiras. Nossa tendência – como docentes - é ver as ondas de forma isolada, sem perceber o tsunami em curso.

As principais propostas para a reforma da universidade que circulam no Século XXI latino-americano giram em torno da necessidade de adaptar a Proposta de Bolonha ou a propostas de “democratização do acesso” à universidade.

À margem desse processo, ganhou destaque, nos anos 2000, o ex-reitor da UFBA – Naomar de Almeida Filho - que tentou ganhar adeptos para a proposta da universidade nova. Algumas outras vozes, principalmente

vindas do movimento estudantil, acenam para a republicação do espaço público universitário e do fim dos cursos de extensão pagos.

Para nós, a universalização do acesso à universidade, embora imprescindível, não é suficiente. Acreditamos fazer falta a proposição de uma mudança qualitativa mais profunda, que aponte uma política para esse complexo, comprometida com os interesses dos “dominados”. Em vez de reformas universitárias, precisaríamos de uma revolução universitária (Fernandes, 2004; Tragtenberg, 2004), revolução que deverá incorporar as críticas à neutralidade da ciência e ao determinismo tecnológico junto à questão do acesso.

Para nós, deveríamos atacar o problema em duas frentes: a) através da criação de universidades populares radicalmente “novas”, engajadas na emancipação dos trabalhadores; b) criar uma nova agenda de ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas existentes, tendo em vista a negação da sociedade do capital (com sua agenda educacional pró-capital) e a construção de uma sociedade para além do capital (e sua agenda educacional para além do capital).

A universidade popular, além de se propor a estudar as grandes questões nacionais, projeta uma nova práxis, ajudando a transformar a realidade latino-americana. Em outras palavras, diz respeito ao papel potencial do CPESP na construção uma sociedade “para além do capital” (Mészáros, 2002).

Evidentemente, uma proposta de universidade alternativa será herdeira das experiências dos últimos séculos, tal como procuramos mostrar no capítulo anterior: os ensinamentos da ala esquerda da Reforma de Córdoba, a recuperação do caráter público da universidade, principalmente em função da formação de intelectuais que combinem teoria e prática, e não a “universidade como meio de se ganhar a vida” (Julio Mella), a construção de uma América Latina unida (incluindo aqui o Brasil, país que não “entrava” no raciocínio dos reformistas) e a aliança com os movimentos sociais.

E em um olhar mais recente, conforme vimos nas páginas anteriores, as vitórias parciais obtidas pelos pesquisadores-extensionistas na sua rela-

ção com os movimentos sociais têm muito a dizer no que se refere ao “ensaio” ou “laboratório” do que seria uma universidade para além do capital.

Rodrigo Lefrève relata, no seu artigo “Notas de um estudo sobre objetivos do ensino da arquitetura e meios para atingi-los em trabalho de projeto”, como evitar uma prática alienada por parte do futuro arquiteto, incentivando-o a pautar suas decisões de projeto pela consciência do seu papel como agente de produção e de transformação da realidade. Seu objetivo era conscientizar os alunos dos problemas sociais do país e das formas de superá-los.

Cerca de 40 anos depois desse escrito, ainda não conseguimos superar o problema. Dagnino (2020, p. 18) conclui, ao refletir sobre a PCT no governo Lula, que

[...] a chegada ao governo de forças políticas interessadas em promover um estilo alternativo de desenvolvimento não mudou significativamente nem as orientações e prioridades e nem sequer o discurso oficial. Tudo se passa como se esse estilo alternativo não demandasse conhecimentos científicos e tecnológicos de novo tipo.

As corporações latino-americanas, ao inovarem apenas através de importação de tecnologia, mostram-nos claramente que o CPESP não é um parceiro estratégico para a sua consolidação. Em uma pesquisa realizada pela Pintec (IBGE), no ano de 2006, perguntaram aos empresários se a universidade pública era um parceiro estratégico: apenas 11% disseram que sim, o que evidencia que os próprios empresários não vislumbram uma maior relação universidade-empresa, tal como “insistem” as políticas públicas recentes.

Enquanto isso, os movimentos sociais vêm procurando, ainda que timidamente, talvez em função do momento defensivo, o CPESP com o objetivo de “estimular” a universidade a promover uma agenda de pesquisa, ensino e extensão coerente com suas demandas.

As alianças que estão se desenvolvendo entre os movimentos sociais e alguns setores das universidades públicas constituem modelos “embrio-

nários” de uma possível vinculação entre ambos, sinalizando a forma como o CPESP poderá se comportar no decorrer do possível e necessário crescimento das lutas por uma sociedade para além do capital. Nesse contexto, Dagnino (2008) considera

[...] os empreendimentos autogestionários como a forma mais promissora porque, por terem seu fundamento no associativismo e na autogestão, elementos cruciais da trajetória de constituição da identidade e autonomia da classe trabalhadora e dos movimentos populares que junto a ela se organizaram ao longo da história, eles são capazes de cumprir um papel singular no processo que atualmente se inicia na América Latina. O papel de combinar dois processos que o capital conseguiu separar e que nem as experiências de socialismo que tivemos lograram juntar: a organização da produção e das lutas dos trabalhadores sob o único e prometededor princípio da autonomia e da solidariedade (Dagnino, 2020, p. 6).

Leher (2008, p. 61) acredita que “[...] o futuro da universidade está indissociavelmente relacionado às lutas sociais antissistêmicas”, através de universidades populares que articulem a classe trabalhadora e os nichos de pensamento crítico que seguem existindo nas universidades públicas.

Mészáros (2002, p. 29-30) sinaliza que a necessidade de uma mudança radical é muito mais urgente na América Latina do que na Europa e nos Estados Unidos, e as soluções prometidas de “modernização” e “desenvolvimento” demonstraram não passar de uma luz que se afasta em um túnel cada vez mais longo.

Por ser a Política Científica e Tecnológica (PCT), o resultado de um processo no qual intervêm múltiplos grupos de poder com distintos interesses, a trajetória dessa política pública poderia ser redirecionada caso os movimentos sociais pressionassem junto aos setores progressistas do CPESP por uma mudança significativa. Mais precisamente, ela poderia passar por uma inflexão, dependendo da capacidade de esses movimentos interferirem no processo decisório dessa política e envolverem-se diretamente com atividades de reprojeto tecnológico e, mais ge-

nericamente falando, com processos de Adequação Sociotécnica (AST) (Dagnino, 2020).

Dentre os critérios que conformariam a agenda de pesquisa, ensino e extensão, destacaríamos a formação de intelectuais completos, a busca do interesse público, a desmercantilização dos produtos ou serviços, a autogestão e a propriedade coletiva dos meios de produção.

Mais especificamente no tema da tecnologia – aquilo que Feenberg (2002) chama de novo “código sociotécnico” (alternativo ao código técnico-econômico convencional), a partir do qual a tecnologia convencional seria “desconstruída” e “reprojetada”, dando origem a processos de Adequação Sociotécnica -AST (Dagnino, 2008) –, pode-se destacar, além daqueles presentes no movimento da Tecnologia Apropriada, a participação democrática no processo de trabalho, o atendimento a requisitos relativos ao meio ambiente (através, por exemplo, do aumento da vida útil das máquinas, dos equipamentos e dos produtos), à saúde dos trabalhadores e dos consumidores e à sua formação autogestionária.

Tentemos nos deter e ressaltar mais alguns detalhes do que seria uma universidade alternativa, tema da nossa próxima seção.

## **QUAL UNIVERSIDADE PARA QUAL SOCIEDADE?**

As contribuições para uma “universidade necessária” aqui esboçadas se espelham nas pegadas deixadas por alguns intelectuais e não pretendem se tornar um manual mecanicista que deve ser “transplantado” para todos os cantos. O que escrevemos também necessita de um roteiro de pesquisa mais amplo, que somente poderá ser desenvolvido pelo trabalho coletivo de muitos pesquisadores comprometidos com a emancipação humana.

Para não ir mais longe, Lima Filho (1999), desde quando concebeu um projeto de universidade popular (PUP) para o Vale do Ribeira em 1999 (projeto do qual fizemos parte), vem teorizando e tentando pôr em prática uma universidade criada, desde o primeiro momento, para a emancipação dos trabalhadores. Para isso, acredita que se deve começar pelos fins, pelos

objetivos de uma universidade popular e pela escolha dos seus quadros. Uma universidade popular nesses moldes operaria uma “revolução regional”, tendo em vista uma ação consciente e planejada sobre a reprodução social, de modo a conquistar graus crescentes de autodeterminação.

As propostas dos movimentos sociais anticapital ainda ocupam um papel marginal na agenda de ensino, pesquisa e extensão das universidades latino-americanas. Vejamos, por exemplo, as inúmeras demandas tecnológicas dos pequenos agricultores e do Movimento Sem Terra que giram em torno da agroecologia, das Fábricas Recuperadas e cooperativas populares por tecnologias apropriadas, da habitação popular solicitada pelos mutirões e sem-teto, dentre inúmeros outros. Por que elas não conseguem entrar nas universidades públicas?

Para Dagnino, a incorporação da agenda dos movimentos sociais poderia ajudar a radicalizar as bandeiras de “acesso à universidade”, “cotas para pobres, negros etc.” que estão em voga hoje, já que têm como meta mudar radicalmente o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias.

Um projeto de universidade alternativo passaria necessariamente pelo ensino e pela prática da autogestão: formação de cidadãos empenhados na construção de uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas e a superação das classes sociais e da divisão social do trabalho capitalista; em poucas palavras, o controle da sociedade pelos trabalhadores associados tendo em vista a sua emancipação.

No que se refere à pesquisa, teremos uma tarefa hercúlea de reprojeto das forças produtivas (máquinas, equipamentos e nova ciência), incluindo aqui a teorização e a prática de uma organização do processo de trabalho autogestionária.

O projeto Universidade Popular (Lima Filho, 1999) do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC) parece ser um bom farol para o que estamos vislumbrando, assim como, em um nível mais microscópico, os ensinamentos dos casos analisados em Novaes (2023). A dissertação de mestrado de Lais Fraga (2006) sugere propostas para a formação de engenheiros de alimentos para os movimentos sociais. Esse tema, muito importante para o debate aqui tratado, será desenvolvido em sua tese de doutorado.

Na mesma linha, escrevemos em 2008 um artigo em parceria com o professor Dagnino no qual levantamos algumas questões sobre o papel do engenheiro na desconstrução da sociedade de classes e na produção de valores de uso. Concluímos que as atuações – por uma outra hegemonia – que temos observado no ensino da engenharia estão, na verdade, na defensiva. Elas tentam fazer uma “gambiarra”: introduzir as modificações – mais ou menos semelhantes ao que adotamos neste trabalho – que parecem política e academicamente viáveis nos cursos existentes. Isso se manifesta, entre outros, na luta quase perdida (antes mesmo de começada) para a implantação do que denominamos genericamente disciplinas “Ciência, Tecnologia e Sociedade”.

A maioria dos professores de engenharia está internalizando (muitos deles de forma inconsciente, e com a maior das boas intenções) as concepções instrumental e determinista da C&T nas “cabeças” dos alunos, de modo adaptado à visão “naturalizada” da sociedade que se encarrega de disseminar outros aspectos da superestrutura ideológica do capitalismo.

Enquanto isso, as disciplinas Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) buscam criticar e desconstruir essas concepções, substituindo-as por uma de natureza crítica.

Vislumbramos algumas saídas efetivas para ir da defensiva rumo a uma ofensiva. Tendo como projeto a construção de um ensino de engenharia alternativo, uma saída seria “inocular” nos professores-pesquisadores uma visão alternativa, crítica, da relação entre ciência, tecnologia e sociedade. Assim, em vez de uma disciplina CTS autocontida, que tenta sozinha “nadar contra a maré”, poderíamos avançar para uma diluição dessa visão crítica no conjunto das disciplinas do currículo e promover uma genuína transformação do ensino de engenharia.

Deveria estar introjetada nessa visão totalizante a necessidade de produção de bens socialmente úteis, sua ligação com o autogoverno pelos produtores livremente associados e outras coisas mais que o tempo e o espaço – essas duas dimensões intrínsecas à profissão do engenheiro – não nos permitem seguir apontando.

Permanece apenas a pergunta: há ruptura educacional sem ruptura no mundo do trabalho alienado?; melhor dizendo: há mudança educacional sem uma concomitante “expropriação dos expropriadores” (Marx) e controle das decisões estratégicas da sociedade pelos trabalhadores, ou trata-se apenas de uma revolução no campo das ideias? Para nós, há uma tarefa “econômica” imprescindível em uma possível e necessária revolução latino-americana que deverá ser acionada concomitantemente a uma revolução educacional.

Ao mesmo tempo, quando Varsavsky e Dagnino se perguntam se toda e qualquer ciência e tecnologia servirá para a construção do socialismo, eles chegam à conclusão de que não, pois a C&T capitalistas foram moldadas para a dominação, a ponto de não poderem ser “utilizadas” numa outra forma de produção. Isso implica reestruturação do ensino e da pesquisa (o que caberia aqui como uma crítica ao ofertismo científico), reprojeto das máquinas e equipamentos, reorganização do processo de trabalho, tendo como meta o definhamento da divisão do trabalho capitalista. Está aqui proposta uma árdua tarefa que caberá ao CPESP numa potencial transição socialista.

Na mesma linha, Amílcar Herrera (2001) faz a seguinte indagação: “Como ligar eficazmente os sistemas de P&D dos países em desenvolvimento com suas próprias sociedades, e como torná-los capacitados a produzirem o conhecimento e as tecnologias necessárias para um desenvolvimento autônomo e autoinduzido?” (Herrera, 2001, p. 44).

De acordo com esse pensador, o ensinamento mais relevante baseado nas experiências passadas é o de que a ciência fica realmente ligada à sociedade quando esta exerce uma demanda efetiva com relação às soluções tecnológicas dos sistemas de P&D. Nos países ocidentais, tal demanda foi aprovada pela Revolução Industrial e pelo surgimento de democracias parlamentares; no Japão, na União Soviética e na China, a demanda resultou de projetos nacionais autônomos implementados pela elite econômica e política, ou pelos partidos revolucionários.

Dagnino (2008) concordaria com Herrera, mas faria algumas ponderações ligadas à não neutralidade da ciência, ao determinismo tecnoló-

gico (Dagnino, 2008) e às diferentes agendas de pesquisa que estão em disputa: a) a da comunidade científica, b) a do governo, e c) a dos movimentos sociais.

Num enfoque voltado para o socialismo autogestionário, com intensa participação da população no estabelecimento de suas necessidades, qual seria então o papel da ciência e da tecnologia nesse processo de transformação?

Dagnino (2008) acredita que a universidade não vem proporcionando a base cognitiva que os movimentos sociais e um estilo alternativo de desenvolvimento demandarão. Para ele, uma mudança significativa requer a recuperação do papel dos IPPs e das UPs num novo projeto de desenvolvimento. Ele retoma as contribuições de Amílcar Herrera – a necessidade de vincular o CPESP e o complexo produtivo – e de Oscar Varsavsky – mimetismo científico e estilo de desenvolvimento *centrado no povo* –, porém acentua a necessidade de seleção dos reais parceiros dos Institutos Públicos de Pesquisa e Universidades Públicas: os movimentos sociais, as Redes de Economia Solidária (RES) etc.

O CPESP poderá vir a funcionar como uma instância que ao mesmo tempo se nutre e alimenta as demandas dos movimentos sociais – para o nosso caso, dos Movimentos Sem Terra, Sem Teto e de Fábricas Recuperadas. Em termos mais genéricos, poderia ser nutrido e alimentar as iniciativas da Economia Solidária, que se materializam contemporaneamente nas Redes de Economia Solidária (RES), nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e nos pesquisadores orgânicos que tentam traçar um novo ensino, uma nova pesquisa e extensão para as Universidades Públicas.

Isso porque ele poderia fortalecer a crescente consciência que vêm alcançando esses movimentos acerca da necessidade de contarem com alternativas à tecnologia convencional capazes de ajudar a proporcionar a emancipação dos empreendimentos com características autogestionárias e, em consequência, alavancar a expansão da Economia Solidária.

Para Fernandes (2004), a universidade é uma sociedade em miniatura, sujeita aos conflitos sociais, sendo ao mesmo tempo impulsionadora

da e nutrida pela luta de classes. Segundo ele, enquanto não removermos os obstáculos da sociedade de classes, poderemos ter a melhor “gestão” do mundo que a universidade continuará sendo pouco funcional à resolução dos problemas latino-americanos, principalmente dos trabalhadores. Uma mudança efetiva só virá se for acompanhada de uma revolução sociopolítica. Um dos desdobramentos possíveis dessa relação é a dialética entre revolução universitária e revolução sociopolítica.

Na ausência de uma revolução latino-americana, a permanência de grupos engajados na construção de lutas anticapital em um mar de conservadorismo universitário continuarão enfrentando limites claros à sua atuação ou potencialização. Sendo assim, somente o acirramento da luta de classes “dentro” e “fora” do CPESP poderia fazer com que suas propostas revolucionárias florescessem, tal como observa Florestan Fernandes. Sem inúmeras alterações concomitantes que apontem para uma sociedade socialista, a universidade alternativa para um desenvolvimento alternativo não passaria de uma célula estranha na sociedade de classes.

Uma universidade para além do capital deveria cumprir um papel fundamental na criação da teoria e da prática revolucionária, qualitativamente distinta da ordem do capital. Lembremos que, para Lenin, não há ação revolucionária sem teoria revolucionária.

Nesse sentido, no que se refere ao ensino, em vez de disseminar a ideologia e a prática das profissões liberais, do *empreendedorismo* e da carteira assinada (vendedores da força de trabalho), a proposta deveria girar em torno do ensino e da vivência da autogestão, da educação no e para o trabalho autogestionário ou da superação do trabalho sem sentido social, através da reconversão do trabalho assalariado em trabalho com sentido social.

A educação para além do capital cumpriria um papel necessário mas não suficiente para a superação da sociedade de classes, cabendo à universidade um papel preponderante nessa transformação.

Lembremos que, no que se refere ao ensino, a universidade latino-americana é funcional à reprodução do capital na periferia do capitalismo por vários motivos. Além de qualificar os quadros para o capital, ela trans-

mite os valores da pequena burguesia: prestígio, possibilidade de acesso a pequenas parcelas de poder, carro do ano, viagens, visão de mundo atrelada ao reformismo etc. Em poucas palavras: a universidade transmite os valores da classe média em ascensão, a ideologia burguesa e os conhecimentos técnicos necessários para a reprodução do capital na periferia do capitalismo.

Para Mészáros (2002, p. 77), “[...] além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores”.

No que se refere à relação entre teoria e prática, em que medida a proposta curricular deverá responder às demandas e expectativas da comunidade? Para nós, a universidade deve se informar diretamente sobre os problemas e inquietações da comunidade, receber e avaliar essas inquietações com o objetivo de transformar a realidade social, dentro de uma ótica de superação da sociedade do capital. Essas propostas podem até começar com um viés de desenvolvimento “local”, embora tenham que ultrapassar tal horizonte, caminhando para uma prática de desenvolvimento “regional” conectado ao desenvolvimento latino-americano e, em última instância, de “mundialização” de uma sociedade para além do capital. Mas, ao mesmo tempo e contraditoriamente, ela não pode se tornar refém das ingerências de curto prazo, tornando-se exclusivamente uma “universidade-balcão”. Nesse sentido, caberá à universidade um papel imprescindível nas transformações e no planejamento de longo prazo, conectando a compreensão do passado (materialismo histórico) com a seleção das principais contradições que devemos atacar (atualidade), tendo em vista a luta e a construção de uma sociedade para além do capital.

A inclusão dos problemas dos movimentos sociais nas instituições universitárias, na forma de “complexos temáticos” (Pistrak, 2005) ou estudo a partir da perspectiva totalizante (Lukács) – terão um papel crucial na superação dos atuais paradigmas de ensino baseados ou a) no esquadramento da realidade em disciplinas (horizonte taylorista) ou b) nas pesquisas orientadas por problema (horizonte toyotista), ambos necessários à construção da hegemonia do capital.

O acirramento das lutas nas universidades e o maior engajamento dos setores progressistas nas lutas anticapital também poderão questionar a baixa legitimidade social que as universidades têm na América Latina, principalmente por serem “fábricas de diplomas” reais ou virtuais, em um contexto histórico caracterizado pelo subemprego qualificado, e por serem “fábricas de diplomas” pouco conectadas com o desenvolvimento regional ou nacional. A América Latina poderá vir a ser um grande “laboratório” da universidade. E, depois de elencadas as grandes questões nacionais em termos de ensino, pesquisa e extensão, serão necessárias propostas mais específicas de como poderíamos “atacá-las”, que combinem as grandes necessidades nacionais com as particularidades regionais e locais.

Deverá então surgir uma proposta inovadora de ensino, pesquisa e extensão, em que a universidade auxiliará a desmercantilização da sociedade.

Nesse sentido, discordamos radicalmente das parcelas da comunidade científica que acreditam que o processo de inovação nas empresas traz novos “bens e serviços” que podem ser consumidos por todos. Essa visão, além de naturalizar a acumulação de capital e a necessidade “inevitável” de corporações e de acreditar candidamente que estão trazendo o “progresso”, “escondem” o processo de acumulação de capital, de dominação dos produtores ou de exploração em que se baseia o capitalismo, através da dominação dos consumidores.

Para nós, inovar significa explorar os trabalhadores, seja através da exploração dos produtores diretos via novas formas de organizar o processo de trabalho, novas máquinas etc., ou via exploração dos consumidores (manipulação, indução do consumo, obsolescência planejada etc.).

De acordo com Mészáros (2002), o processo de construção de uma sociedade para além do capital deve abarcar todos os aspectos da inter-relação entre capital, trabalho alienado e Estado. Para isso, acreditamos que o CPESP poderá ter um papel decisivo.

Em outras palavras, permanece como desafio para o século XXI superar o trabalho estranhado, fetichizado e reificado (Pinassi, 2009), e para isso acreditamos que a universidade poderá cumprir um papel decisivo, na

medida em que o trabalho dos docentes caminha para a desalienação e ao mesmo tempo contribui para a desalienação dos outros trabalhadores.

Fazendo um balanço do ensino superior brasileiro no século XX, Fernandes (2004) observa que este se ajustou apenas aos requisitos de poder de uma estratificação social oligárquica, amoldando-se ao privilégio societário dos profissionais liberais. Por isso, no momento em que a evolução gradual para a civilização urbano-industrial sai dos trilhos e é substituída por uma evolução desorientada e acelerada, ela se torna, subitamente, um “luxo inútil” (Fernandes, 2004, p. 300).

Porém Fernandes adverte que, para se corrigir o problema educacional, seria preciso ir muito mais longe. Aos olhos do sociólogo, tal começo não pode nascer da vontade esclarecida de uns poucos e de simples “transformações internas” das instituições; é necessário que a sociedade mude suas relações com as instituições (Fernandes, 2004), estabelecendo uma dialética sociedade de classes-instituições. Como bem nos recorda essa passagem de Fernandes, os intelectuais não podem cair no voluntarismo que acredita que a mudança partirá da vontade esclarecida de alguns poucos e nas simples “transformações internas” das universidades.

Florestan Fernandes dizia que a história é feita coletivamente pelos homens e, sob o capitalismo, através de conflitos de classe de alcance local, regional, nacional e mundial. O essencial é observar como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer, aperfeiçoar ou extinguir o capitalismo. Segundo Limoeiro Cardoso, Florestan sempre chegava à conclusão de que “o capitalismo dependente não é atribuído exclusivamente à dominação externa, mas também às burguesias locais, parceiras – menores e subordinadas, mas parceiras – das burguesias hegemônicas” (Limoeiro Cardoso, 2005, p. 195). E, enquanto não removermos os obstáculos da sociedade de classes, de dominação externa e interna, a universidade continuará desacoplada da resolução dos problemas latino-americanos, principalmente os problemas estruturais da sociedade.

Para nós, a universidade até pode, nos momentos iniciais de uma revolução, estar a reboque dos movimentos sociais anticapital. Em outros, os movimentos sociais podem estar a reboque da universidade pública. De

qualquer forma, para Florestan Fernandes, precisamos de um novo ponto de partida, que virá através da unificação das lutas dos trabalhadores, da construção de uma outra hegemonia, inclusive dos intelectuais (trabalhadores intelectuais) empenhados na construção de uma sociedade para além do capital.

Por último, mas não menos importante, cabe sublinhar que a necessidade de um novo ponto de partida se tornou mais relevante com a ascensão à presidência da república – através de uma eleição fajuta – de um militar de 5ª categoria, defensor da tortura e do golpe de 1964.

Apesar da vitória de Lula ter sido importante para todos nós, e sim, votamos em Lula, os limites da esquerda moderada estão cada vez mais claros, frente aos enormes desafios para a resolução dos graves problemas sociais no Brasil e nos demais países da América Latina.

Uma política educacional, científica e tecnológica radical é mais do que urgente. Os Institutos Federais devem passar por uma expansão não precarizada, com financiamento adequado para a promoção do ensino, pesquisa e extensão (revolução dentro da ordem). Entretanto, o sentido educacional dos Institutos deve ser radicalmente alterado (revolução contra a ordem).

Ao invés de formação para o mercado de trabalho, formação para o trabalho emancipado. Ao invés das agendas do empreendedorismo, do inovacionismo e produtivismo, deveremos lutar pela produção de conhecimento relevante para a resolução dos problemas sociais. Ao invés da extensão mercadológica e assistencialista, a extensão dialógica, comprometida com as demandas dos movimentos sociais. Trocar a bandeira da pesquisa para o agronegócio pela da agroecologia, da heterogestão pela autogestão, a da perpetuação do racismo estrutural pela igualdade substantiva. Promover uma nova divisão sexual do trabalho, que também promova a igualdade substantiva dentro e fora do trabalho “produtivo”, com amplos reflexos no ensino. Os Institutos Federais podem passar por essa ampla transformação? Acreditamos que sim. Só assim iremos conseguir dar outro sentido social a educação!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, F. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Marília: Lutas anticapital, 2023.
- DAGNINO, Renato. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.
- DAGNINO, Renato. *Tecnociência solidária*. 2. ed. Marília: Lutas anticapital, 2020.
- FEENBERG, A. *Transforming technology*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. Marília: Lutas anticapital, 2024.
- FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1966.
- FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes na Constituinte*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *Tensões na Educação*. Marília: Lutas anticapital, 2022.
- FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- FERNANDES, Florestan. Universidade e desenvolvimento. In: IANNI, O. *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FRAGA, Lais. *O Curso de Graduação da Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP: uma análise a partir da Educação em Ciência, Tecnologia e Sociedade*. 2006. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – UNICAMP, Campinas, 2006.
- HERRERA, Almicar. Novo enfoque do desenvolvimento e o papel da ciência e da tecnologia. In: DAGNINO, Renato; THOMÁS, Hernan. (org.). *Ciência, tecnologia e sociedade: uma reflexão latino-americana*. Taubaté: Cabral Editora; Livraria Universitária, 2001.
- IANNI, Octavio. O declínio do Brasil-nação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 51-58, set./dez. 2000.
- LEHER, Roberto. *Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

- LEHER, Roberto. Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos: um acontecimento fundacional para a universidade latino-americanista. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo; ABOITES, Hugo (comp.). *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: Clacso, 2008.
- LIMA FILHO, Paulo Alves de. *Pensando com Marx*. Marília: Lutas anticapital, 2020.
- LIMA FILHO, Paulo Alves de. *Projeto Universidade Popular*. Araraquara, 1999. Mimeo.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NOVAES, Henrique Tahan. *A relação universidade-movimentos sociais na América Latina: habitação popular, agroecologia e fabricas recuperadas*. 2010. 332 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1611466>. Acesso em: 3 set. 2024.
- NOVAES, Henrique Tahan. *Da universidade necessária à universidade para além do capital*. Marília: Lutas anticapital, 2022.
- NOVAES, Henrique Tahan. *Reatando um fio interrompido: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina*. 2. ed. Marília: Lutas anticapital, 2023.
- OKUMURA, Julio Hideyshi. *Revolução “dentro da ordem e contra a ordem”*: o pensamento educacional de Florestan Fernandes (1959-1994). 2023. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, universidade Estadual Paulista, Marília, 2023.
- PINASSI, Maria Orlanda. O. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PISTRAK, Moisey. *Fundamentos da escola do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SAMPAIO JUNIOR, Plinio. Globalização e Reversão Neocolonial: o impasse brasileiro. In: CAMPOS, Fabio (org.). *Introdução à Formação Econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial*. Marília: Editora Lutas anticapital, 2018. p. 107-128.
- TRAGTENBERG, Mauricio. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Unesp, 2004.

